

O HOMEM E A NATUREZA

META

Mostrar a natureza das relações homem-natureza e apresentar o conceito de segunda natureza (humanizada).

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

descrever as inter-relações entre o homem e a natureza;

conhecer a história da relação homem-natureza;

compreender a relação da evolução técnico-científica e seus efeitos na relação homem-natureza; e

entender o conceito de segunda natureza.



Relação homem e natureza (Fonte: <http://www.dialogosuniversitarios.com.br>).

INTRODUÇÃO

Tudo que está ao nosso redor advém da natureza, ela é a condição fundamental para a sobrevivência humana, desde seu estágio natural até a sua transformação executada pela ação humana, a chamada segunda natureza. Todas as modificações ocorridas na natureza são realizadas a partir do trabalho humano, criando assim relações de interdependência social: homem x homem e homem x natureza. As relações sociais confrontam a convivência humana, pois o homem como um ser social necessita do outro, por que na sociedade cada indivíduo cumpre uma função, por mais simples que ela seja. Já a relação homem-natureza é realizada devido à dependência humana dos recursos que a natureza oferece, para que com a força de trabalho seja transformada a primeira natureza em segunda. A interferência do homem na natureza é indispensável para a continuidade do funcionamento da sociedade, mas por outro lado é preciso lembrar que a natureza e seus recursos são esgotáveis e que necessita de respeito e cuidados especiais. A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana. A busca do conhecimento e do entendimento acerca da Terra e do Universo são premissas que norteiam e que acompanham a humanidade desde os antigos filósofos gregos até a ciência moderna. A sociedade contemporânea tem vivenciado uma série de problemas que envolvem o seu modo de relacionar-se com a natureza no processo de produção e reprodução do espaço



(Fonte: <http://images.google.com.br>).

geográfico, colocando em questão o conceito de natureza em vigor, o qual perpassa pelo modo de vida dessa sociedade, as sensações, o pensamento e as ações. Portanto, pensar a natureza hoje, e a forma como o homem se relaciona com ela no contexto do modo de produção capitalista, nos remete ao passado, na ânsia de compreender as mudanças que se processaram no modo da sociedade pensar, interagir e produzir a natureza.

Por que o homem está cada dia menos preocupado com o meio ambiente, seu habitat? Desde quando o homem tem olhado a natureza desta forma?

O HOMEM E A NATUREZA

Não é de hoje que ouvimos falar das grandes ameaças que o planeta vem sofrendo por conta da interferência direta do ser humano na natureza com fins na extração de recursos naturais, matéria-prima e pela obtenção de alguma vantagem.

Da mesma forma que tal interferência não é nova, a relação homem-natureza também não o é, pelo contrário, é tão antiga quanto a própria existência humana na Terra. O que se pode perceber é a ocorrência de uma mudança na *visão-de-mundo* do homem no decorrer da história e, por conseqüência, de sua ação no meio natural, uma vez que a natureza não está dissociada da história da humanidade nem tampouco das manifestações culturais que a cerca, se entendermos por cultura, grosso modo, a intervenção humana no que é natural.

Os grandes problemas tão divulgados pelos veículos de comunicação, tais como: os desmatamentos, a desertificação, a perda da biodiversidade, a depleção da camada de ozônio (Figura 1), o efeito estufa, o superaquecimento global, a crise da água potável, o crescimento demográfico e a cultura consumista, a produção de enormes quantidades de lixo, a biopirataria e tantos outros complicadores, surgem pela autodesignação do homem como dominador da natureza. Contudo, podemos perceber que nem sempre foi assim.

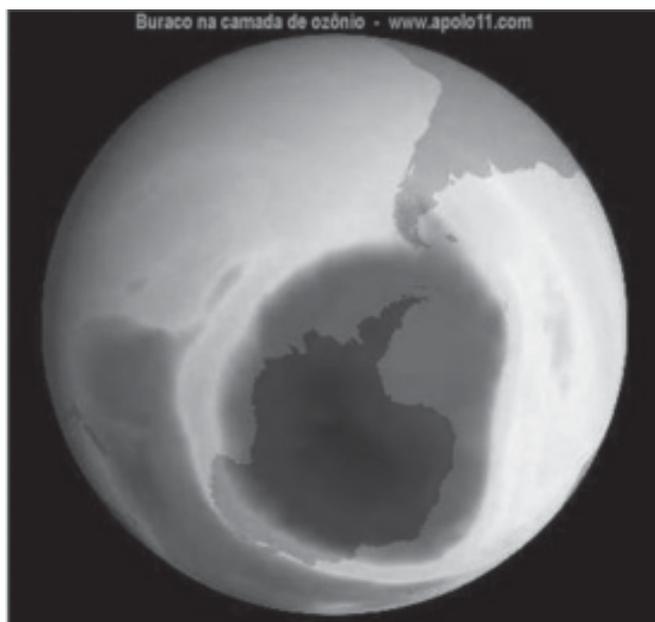


Figura 1. O buraco na camada de ozônio, uma conseqüência do uso inadequado de produtos químicos (Fonte: <http://apolo11.com>).

No princípio as relações do homem com a natureza eram permeadas de mitos, rituais e magia, pois se tratava de relações divinas. Para cada fenômeno natural havia um deus, uma entidade responsável e organizadora da vida no planeta: o deus do sol, do mar, da Terra, dos ventos, das chuvas, dos rios, das pedras, das plantações, dos raios e trovões etc. O medo da vingança dos deuses era o moderador do comportamento dessas pessoas, impedindo uma intervenção desastrosa, ou, sem uma justificativa plausível ante a destruição natural.

Para cortar uma árvore, por exemplo, havia a necessidade de uma justificativa que assegurasse, no mínimo, a sobrevivência – como a construção de uma casa ou de um barco. Rituais eram utilizados para “se desculpar” pelo ato tão cruel que estava sendo cometido. Natureza e homem eram a mesma coisa.

Com a evolução da espécie humana, o homem *arrancou* os deuses da natureza e passou a destruí-la como se ele próprio fosse divino, cheio de poderes absolutos. A partir de então, a natureza começou a perder o seu status de *mãe da vida*. O desejo desenfreado pelo poder e pelo dinheiro, fez com que o homem mudasse sua concepção como parte do natural. Natureza e homem passaram a ser duas coisas distintas.

Homem-natureza: a dualidade está no pensamento ou na relação?

As raízes históricas do dualismo conceitual que envolve a natureza remontam a Kant, pois para ele a natureza interior dos seres humanos compreendia suas paixões cruas, enquanto a natureza exterior era o ambiente social e físico no qual os seres humanos viviam.

Essa concepção dual de natureza aponta uma natureza exterior, concebida como a natureza primitiva, ‘criada por Deus’ ...a matéria – prima da qual a sociedade é construída,... o reino dos objetos e dos processos que existem fora da sociedade”, que seria as rochas, os rios, as árvores, enfim os elementos internalizados no processo de produção social. E também a natureza concebida como universal, ou seja, “a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos ‘externos’ da natureza” (Soares de Oliveira, 2002).

Francis Bacon (séc. XXVII), concebia a natureza como algo exterior a sociedade humana, pressupondo uma separação entre natureza e sociedade, haja vista a relação entre ambas ser concebida como mecânica, ou seja, o homem exercia seu domínio sobre a natureza através das artes mecânicas.

Conforme afirma Smith, a concepção de natureza exterior de Bacon não era arbitrária, pois ele já tinha, de certa forma, a cone-

xão entre indústria e ciência, devendo as artes mecânicas estar a serviço da produção, e assim aumentar a produtividade do processo de trabalho. Mas, Smith ressalta que mesmo que o desenvolvimento da indústria de produção em massa tenha conduzido a ciência à subordinação ao capitalismo industrial de modo significativo, ela ainda possuía uma certa autonomia, sobretudo nos centros de pesquisa pura. O mesmo acredita ainda que, por mais intimamente ligada que a ciência esteja à indústria, ela ainda compartilha com Bacon e mesmo com Newton, da concepção epistemológica de natureza exterior, mesmo que na Ciência Moderna ela seja exterior e, ao mesmo tempo universal.

Quando do surgimento da Ciência Moderna, a universalidade da natureza se reveste de religiosidade. A ciência passou a ser algo divino que devia ser buscado, pois era através da ciência e do domínio da natureza que o homem resgataria a harmonia da natureza, realizando desse modo a vontade de Deus.

A Ciência Contemporânea também adotou o conceito universal de natureza, mas sem aquele cunho religioso. Com Darwin, determinados fenômenos sociais passaram a ser tratados a partir das mesmas bases científicas em que eram tratados os eventos químicos, ou mesmo físicos, pois a Biologia passou a ser considerada “como sistematicamente histórica ... Mas, de acordo com a teoria física da natureza universal, não é o mundo biológico e sim o mundo físico que está na base da natureza”. (Soares de Oliveira, 2002).

Quando ocorre o surgimento da Teoria Quântica e a refutação da Teoria Newtoniana por Einstein, surge o debate a respeito de o espaço e o tempo, ou a matéria, serem os elementos básicos dos eventos físicos. Para Smith, talvez essa visão universal de natureza física seja a mais aceita, tendo em vista que a natureza é composta de matéria e, portanto, possui uma natureza material.

O conceito de natureza contém em sua essência o dualismo entre externalidade e universalidade, interrelacionando-se e contradizendo-se ao mesmo tempo. Mas nos questionamos se é possível conceber dualisticamente uma realidade que é única? Smith ressalta nesse sentido, que “O conceito de natureza é um produto social”. Para justificar sua afirmação o autor discute a conquista do território americano, destacando que nesse caso o conceito tinha não só a função social, mas também política, pois “a hostilidade da natureza exterior justificava sua dominação e a moralidade espiritual da natureza universal fornecia um modelo para o comportamento social”.

O autor acredita ainda que a concepção universal de natureza, hoje escamoteia a realidade à medida que atribui aos comporta-

mentos sociais o status de eventos naturais, justificando a normalidade destes comportamentos (guerra, racismo, pobreza e riqueza etc) ao atribuí-los à vontade de Deus. Nesse sentido, não é a história da sociedade humana a responsável por estes comportamentos, mas sim a natureza. Desse modo, a ideologia da natureza se expressa na negação da possibilidade de socialização da natureza universal, baseada não “na experiência histórica”, mas na própria contradição com a natureza exterior.

Com Adam Smith, a teoria de formação do valor, que até então concebia a natureza como fonte de valor e a agricultura como meio de produção, passou-se a negar a prioridade do trabalho agrícola e também da natureza exterior. Desse modo, a natureza deixou de ser o elemento central da Teoria Econômica, pois passou a ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Para Karl Marx (século XIX, figura 2), é preciso buscar a unidade entre natureza e história, ou entre natureza e sociedade, pois a natureza não pode ser concebida como algo exterior a sociedade, visto que esta relação é um produto histórico.

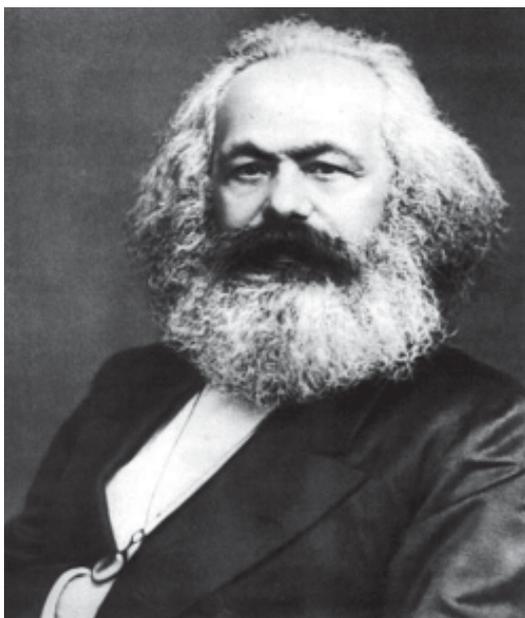


Figura 2. Karl Marx intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista.

Marx adotou o conceito de metabolismo ou interação metabólica, para possibilitar a compreensão de que há uma mediatização da sociedade com a natureza, e que a força motivadora dessa interação é o processo de trabalho, pois tanto o Sujeito – o trabalhador, como o Objeto – a matéria-prima a ser transformada – são fornecidos pela natureza ao trabalho.

Para Marx, a natureza e suas leis subsistem independentemente de consciência e desejos humanos, e tais leis só podem ser formuladas com a ajuda de categorias sociais. A natureza é dialética, e esta dialética se dá em função da interação do homem com a natureza:

“A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos” (Soares de Oliveira, 2002).

Para Gonçalves (1998), o conceito de natureza não é natural, haja vista ser esta uma construção social, ou seja, foi criado pelo homem. Segundo ele toda sociedade, toda cultura cria, institui uma determinada idéia de natureza. “A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí se tomar a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza ‘naturalmente’ dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva”.(Soares de Oliveira, 2002).

O domínio da técnica da irrigação resultou na “domesticação” da natureza através da agricultura (Figura 3), e fixou os povos em determinados territórios, formando o berço das antigas civilizações. Nesse contexto surge a concepção de domínio sobre a natureza porque “dominar a natureza seria dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo”. Nessa relação de dominação, para alguns a natureza é o objeto a ser dominado pelo sujeito, o homem. Para Gonçalves, essa visão de natureza-objeto versus homem-sujeito parece não considerar que o termo sujeito, além de significar um ser ativo, dono de seu destino, também pode indicar que podemos estar submetidos a determinadas circunstâncias. É a visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor de todas as coisas, que faz com que se esqueça que o termo sujeito, pode significar tanto aquele que age como aquele que se submete. Essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo ocidental, cuja matriz filosófica advém da Grécia e da Roma antigas, que se firmou contrapondo-se a outras formas de pensar e de agir.



Figura 3. Os avanços nas tecnologias permitem que as técnicas de irrigação por gotejamento aumentem a produtividade de culturas de cana e laranja (Fonte: <http://proex.reitoria.unesp.br>).

Com Platão e Aristóteles já havia um certo privilegiamento do homem e das idéias e um certo desprezo por determinados elementos que se convencionou denominá-los como parte da natureza física (pedras, plantas etc). O pensamento mítico dos retóricos e sofistas pensadores cedeu lugar ao pensamento daqueles que passaram a compor a filosofia grega.

Com o avanço do Cristianismo no Ocidente, os deuses já não faziam parte desse mundo como na concepção dos pré-socráticos. Deus passou a ser o ser supremo e o homem, a sua imagem e semelhança. Para Platão, somente a idéia continha a perfeição, opondo-se à realidade do mundo. O Cristianismo assimilou a visão aristotélico-platônica e durante a Idade Média apregoou a separação entre espírito e matéria, ao difundir a perfeição de Deus em oposição a imperfeição do mundo material. É, portanto, decorrente dessa filosofia a separação entre corpo e alma, objeto e sujeito, ou seja, a alma, o sujeito é que dá vida ao corpo, porém quando o corpo morre passa a ser apenas objeto.

Com René Descartes, essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se completa, passando a fazer parte do pensamento moderno e contemporâneo. A filosofia cartesiana atribuiu ao conhecimento um caráter pragmático e este conhecimento “vê a natureza como um recurso”.

A visão antropocêntrica de mundo coloca o homem no centro do universo, em oposição à natureza, ou seja, o sujeito em oposição ao objeto. O antropocentrismo e o pragmatismo do pen-

samento cartesiano vincula-se ao mercantilismo do período feudal, mas ainda conserva como herança medieval a separação entre espírito e matéria.

O movimento filosófico iluminista do século XVIII se encarregou de apagar esses traços religiosos medievais do período renascentista, e a crítica da metafísica, ou seja, do que está além da natureza, passou a ser feita em favor da Física. Na visão iluminista a natureza era concebida como algo palpável. O mundo passou a ser compreendido a partir do real, do concreto e não mais de dogmas religiosos. Com o desenvolvimento do capitalismo, e mais precisamente com o surgimento da Revolução Industrial essas idéias acabaram se fortalecendo.

No século XIX, com o desenvolvimento da ciência e da técnica o pragmatismo triunfou. A natureza passou a ser concebida cada vez mais como um objeto a ser possuído e dominado. Aos olhos da Ciência a natureza foi subdividida em física, química, biologia, e o homem em economia, antropologia, história etc. Nesse contexto, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza orgânica e integradamente se tornou falha, pois a separação não se efetuava apenas no nível do pensamento, mas também da “realidade objetiva” construída pelo homem. A divisão social e técnica do trabalho contribuíram para que houvesse o processo de fragmentação e dicotomização do fazer e do pensar da sociedade capitalista industrial.

Segundo Gonçalves, “A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra e,...tudo isso não é só uma questão de concepção de mundo...”.

A Ciência Moderna também foi acometida pela concepção de homem e natureza, cujo indivíduo era o referencial. Nas ciências ditas Naturais como a Física, o átomo; na Biologia, o organismo, a célula. Nas ciências Sociais, o indivíduo era indivisível, um elemento reinante.

No início do século XX, já não se concebe o átomo como uma unidade indivisível, mas como um sistema constituído de partículas que se interagem mutuamente. Na medida em que foi se desenvolvendo o estudo dos hábitos dos animais, ficou mais difícil compreender a evolução da vida das espécies animais tendo como referência apenas o comportamento de um indivíduo estudado em laboratório. Daí o reconhecimento de que a convivência social já se fazia presente no que denominávamos de natureza. Gonçalves chama atenção para isso quando faz referência àqueles que afirmam que

“o homem é um ser social”. Segundo ele, os animais também vivem socialmente e que esta não é uma característica apenas do homem, portanto não podemos separar o homem da natureza através dessa afirmação.

Na opinião de Gonçalves, estamos longe da concepção atomístico-individualista, visto que a reprodução da sociedade capitalista pressupõe a existência de meios materiais para que o ciclo produtivo se efetue, e também para que haja a reprodução das classes sociais; que exista sempre pessoas desprovidas desses meios materiais e necessitando se submeter aos detentores do capital. Se nessa sociedade não há uma lei objetiva que governe essa luta que define a reprodução das relações sociais, então, “não tem sentido continuarmos pensando a partir do indivíduo, pois a sociedade humana não é uma soma de indivíduos”.

Pensem a natureza a partir de duas vertentes ocidentais: a visão antropocêntrica que concebe a natureza como algo onde se manifesta a hostilidade, a luta, onde prevalece a “lei da selva”, que precisa de leis e de um Estado para estabelecer a ordem. E a naturalista, que vê a natureza como algo harmonioso e bondoso, mas que ao criticar a primeira vertente se depara com o mesmo ponto de vista, ou seja, os homens destroem a natureza, trazendo à tona a dicotomia sociedade-natureza, homem-natureza. Para Gonçalves, a grande dificuldade dessas duas vertentes “é romper com os pressupostos da filosofia positivista que é o de querer encontrar na natureza o paradigma ou modelo para a sociedade humana”. Essa tendência em buscar na natureza o paradigma para a sociedade, caracteristicamente faz parte da sociedade ocidental, e a filosofia positivista, hegemônica nos meios científicos dos séculos XVIII e XIX, soube muito bem expressar esse fato. Pois, foi sob a ótica positivista que a natureza passou a ser vista como algo objetivo.

Essa dicotomia homem-natureza presente na sociedade ocidental, vem sendo questionada, particularmente na geografia, que tradicionalmente tratou essa questão de forma dicotômica (geografia física e geografia humana) haja vista a questão ambiental atual exigir um novo paradigma onde homem e natureza façam parte do mesmo processo.

O TRABALHO E A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA: O PARADOXO

No princípio da humanidade, havia uma unicidade orgânica entre o homem e a natureza, onde o ritmo de trabalho e da vida dos homens associava-se ao ritmo da natureza. No contexto do modo

de produção capitalista, este vínculo é rompido, pois a natureza, antes um meio de subsistência do homem, passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia.

No processo de apropriação e de transformação dos recursos pelo homem, através do trabalho, ocorre o processo de socialização da natureza. O trabalho torna-se então, o mediador universal na relação do homem com a natureza. ‘(...) o trabalho é, num primeiro momento, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este realiza, regula e controla por meio da ação, um intercâmbio de materiais com a natureza’ (Marx, 1967). Partindo desse pressuposto, a separação do homem de suas condições naturais de existência não é “natural”, mas histórica, tendo em vista que a prática humana encontra-se vinculada a sua história.

Para Casseti (1991), as transformações sofridas pela natureza, através do emprego das técnicas no processo produtivo (figura 4), são um fenômeno social, representado pelo trabalho, e as relações de produção mudam conforme as leis, as quais implicam a formação econômico-social e, por conseguinte, as relações entre a sociedade e a natureza.



Figura 4. Viveiro de produção de mudas de citrus aumenta a produtividade e mudam as antigas relações de produção (Fonte: <http://www.citrograf.com.br>).

A sociedade contemporânea, consubstanciada numa dinâmica complexa e contraditória, possui uma organização interna, a qual representa um conjunto de mediações e relações fundamentadas no trabalho. Sob o capitalismo, o qual se identifica com a reprodução ampliada do capital e que necessita da produção de mercadorias como veículo de produção da mais-valia para possibilitar a sua

expansão, a relação homem-meio apresenta-se como contradição capital-trabalho, pois se pensarmos do ponto de vista abstrato, os homens se relacionam com a natureza para a transformar em produtos. Se pensarmos do ponto de vista real, o trabalho é um processo de produção/reprodução de mercadorias.

No capitalismo, portanto, o acesso aos recursos existentes na natureza passam por relações mercantis, visto que sua apropriação pelo capital implica a eliminação de sua “gratuidade natural”. Portanto, a incorporação da natureza e do próprio homem ao circuito produtivo é a base para que o capital se expanda.

No processo de acumulação do capital, o trabalhador tem sido despojado do conjunto dos meios materiais de reprodução de sua existência e forçado a transformar sua força de trabalho em mercadoria, a serviço do próprio capital, em troca de um salário. O capital separa os homens da natureza, em seu processo de produção/reprodução e impõe que o ritmo do homem não seja mais o ritmo da natureza, mas o ritmo do próprio capital.

Sabemos que na relação capital x trabalho há um antagonismo, haja visto que o capital nutre-se da exploração do trabalho do homem. Nesta relação, como o homem realiza o trabalho capitalizado, ao entrar em contradição com o capital, ele entra em contradição com a própria natureza.

Segundo Moreira, quando o capital busca cada vez mais a produtividade do trabalho e, assim, a elevação da taxa de exploração do trabalho e da natureza, ele amplia a base de alienação do trabalho e da própria natureza, gerando uma dicotomia entre sociedade e natureza.

“A alienação do trabalho reproduz-se a todas as instâncias da sociedade capitalista: aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens. Se o poder sobre os homens nas ‘sociedades naturais’ passa pelo controle da terra, sob o capital o poder passa pela alienação do trabalho”.

A perda da identidade orgânica do homem com a natureza, se dá a partir do capital, que gera a contradição e que, na contradição, gera a perda da identificação do homem com a natureza e, conseqüentemente, a degradação ambiental.

O processo social de produção, cuja referência está na produção de valores de uso, submete a força de trabalho e os meios de produção aos seus desígnios, impulsionando a utilização irracional dos recursos naturais, o desperdício de matérias-primas, de energia e de trabalho, provocando assim, a destruição da natureza e a conseqüente “crise ecológica”.

Para Bihl, essa “crise ecológica”, constitui-se “num dos aspectos desse ‘mundo às avessas’ que a alienação mercantil e capitalista do ato social de trabalho institui”.

Assim, o processo de constituição da classe proletária, que se dá a partir da separação das condições objetivas de produção, ou seja, dos meios de produção (especialmente da terra e, através dela a natureza) e de sua inserção no trabalho fabril, explica, em primeira instância, a subordinação do proletariado à lógica capitalista de exploração da natureza. Essa separação, pressupõe a perda do domínio sobre as técnicas agrícolas e a compreensão dos processos naturais por parte do proletariado, distanciando-o assim da natureza.

Na atividade produtiva, própria do capitalismo, prevalece a fragmentação e a atomização do trabalhador, reificando (coisificando) o homem e suas relações. Dessa forma, ela não realiza adequadamente a interação do homem com a natureza.

O proletariado, despossuído dos meios de produção, só realiza a sua subjetividade na medida em que aliena sua capacidade de trabalho a quem detém as condições objetivas, ou seja, ao capitalista.

No modo de produção capitalista, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria, à medida que vende sua força de trabalho para o capitalista em troca de um salário. Assim, o trabalho “que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído”. (Antunes, 1997)

A dimensão abstrata que o trabalho adquire, conduz ao mascaramento da sua dimensão concreta (de trabalho socialmente necessário) e, conseqüentemente, à fetichização da mercadoria, incobrando assim, “(...) as dimensões sociais do próprio trabalho, mostrando-as como inerentes aos produtos do trabalho”.

Segundo Thomaz Jr., “O procedimento do cientificismo fetichizou os riscos a que a sociedade foi submetida, tendo em vista que o desenvolvimento incomensurado das ciências e das técnicas põe em xeque o futuro da humanidade, socializando de forma profunda e ampla todas as mazelas do produtivismo, conclamando a todos à preservação da natureza, todavia virando as costas para o chamamento lançado pelos movimentos ecológicos e alguns partidos políticos comprometidos que se vinculam à tese da insubordinação da práxis social à lógica da reprodução do capital”.

Nesse sentido, a luta de classe do proletariado (e demais segmentos da sociedade) deveria suscitar uma reformulação profunda da sociedade e colocar em xeque a estrutura organizacional da sociedade capitalista, ampliando a “luta anticapitalista”. Mas, para que esta luta ganhe uma dimensão ecológica, se faz necessário uma “verdadeira revolução cultural no movimento operário”. Dada a indiferença do trabalhador com o trabalho que exerce.

Já a tecnologia não é indiferente aos propósitos de sua criação, ou seja, ela está à serviço do capital e, portanto, voltada para a produção de mais-valia. Assim, quanto mais aumenta a capacidade de extração de sobretrabalho, maior é a quantidade de recursos naturais explorados, de matéria-prima transformada.

A crise ecológica requer um repensar sobre a forma como está estruturada e como funciona a sociedade contemporânea. O modo como é gerida a natureza, o modo de produção e de consumo, os meios de produção, o modo de vida, as técnicas aplicadas, a tecnologia utilizada e a ciência a seu serviço, no sentido de reaproximar o homem da natureza. Dito de outro modo, essa crise ecológica/ ambiental evidenciada através de dois elementos característicos da sociedade contemporânea: tecnologia e crescimento, nos incita ao questionamento de um estilo de desenvolvimento internacionalizado, que revela-se enquanto modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente injusto, manifestado, principalmente nos processos de modernização da agricultura, de urbanização e de exploração desenfreada dos recursos naturais.

O HOMEM E A NATUREZA

Desde o início dos tempos o homem sempre se apoiou na natureza para obter recursos e desenvolver-se. A começar pela extração de todo tipo de suprimento até matérias primas para construir instrumentos para materializar o que tinha em mente. Tudo a nossa volta é criado em base de recursos naturais. Podemos observar que qualquer apetrecho tem como matéria prima algo que vem do nosso planeta. Ferro, plástico, madeira, vidro, cimento e infinitos elementos da terra que servem o ser humano capacitando suas criações. O fato é que estamos lidando com um ente vivo e que existem pessoas abusando dele. A extração de madeira de forma predadora é uma das coisas que fazem crer que muitas instituições abusam do planeta terra. O oxigênio também é algo de suma importância e existem seres humanos que parecem não se preocupar com ele quando põem suas máquinas para funcionar, liberar no ar substâncias tóxicas que além de prejudicar a nós feri também a camada de ozônio. Um dos graves influentes no buraco na camada de ozônio é a poluição causada por todo maquinário que as pessoas usam para realizar suas tarefas. Será que nós criamos uma natureza alto destrutiva? Podemos ver que a própria criação humana entra em conflito com a criação natural e a natureza a nossa volta foi totalmente criada por nós e estamos caminhando para uma destruição se logo não começarmos a cuidar de nossa terra como cuidamos de

nós mesmos. Criar consciência que nós somos totalmente ligados pelos pés ao nosso planeta: Somos um só, homem e Natureza é como o reflexo do espelho. A energia retorna quase que exatamente como é enviada. Logo, tudo o que for emanado ao planeta será devolvida para nós. Existe magnetismo em tudo que envolve o ser humano e a natureza e também força de emissão de energia em toda ação executada pelo homem e por isso a natureza já devolve uma boa parte do abuso que foi sobre ela lançado. Em forma de descontrolados fenômenos e o buraco na camada de ozônio que é o grande causador da maioria dos descontroles. E então chegamos ao temido “aquecimento global” que mostra ao homem que há reação para toda ação do ser humano sobre a terra. A variação contínua de clima, e até o derretimento das geleiras é uma amostra de que se continuarmos a criar destruição a natureza nos dará destruição.

A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA MEDIADA PELO TRABALHO

Ao se falar da relação homem natureza não podemos fazê-la sem aludir a categoria trabalho, tendo em vista a dialeticidade conformada nestes eixos dos cursivos, que uma vez condensados configuram a totalidade humana.

O homem é resultado desse vir a ser, aliado às questões culturais, os valores, as crenças, os hábitos, as tradições, a linguagem, os princípios de ordem ética e moral entre os povos que são transpostos de geração a geração, que fatalmente, têm grande significado nesse processo de construção e, perpetuados para as gerações vindouras. Os homens se relacionam, conscientemente, visando a produção da sua própria sobrevivência, mas e a natureza, onde se insere?

Enquanto ser humano, ‘o homem é imediatamente *ser da natureza*’. De um lado enquanto *ser natura vivo*, ele é ‘provido de forças naturais, de forças vitais’. De outro lado, enquanto ser natural ‘de carne e osso, sensível, objetivo, ele é, tal como os animais e as plantas, um ser passivo, *dependente e limitado*’ (BENSAID, 1999, p. 434).

A construção humana se dá pela relação do sujeito com a natureza mediada pelo trabalho e conjugada ao seu contexto sociocultural que é de onde o seu processo de construção é emanado. O trabalho tem importância fundamental no processo de formação e construção do homem por ser uma “condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social” (MARX, 1978, p. 142). “O natural e o humano se unem na história, que é o devir específi-

co de ambos [...] longe de opor-se à natureza numa antinomia insuperável, ‘a história é a verdadeira história natural IV ENEDS – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 03 e 04 de setembro de 2007. + do homem’” (BENSAID, 1999, p. 437). O homem sem trabalho é o indivíduo que se perdeu de si mesmo.

O homem se faz, não apenas pelo produto do trabalho, mas também pelos vínculos sociais que estabelece com os seres da sua espécie, possibilitando uma nova modalidade de trabalho que extrapola o individual. Torna-se possível a aceção do trabalho coletivo, pois a relação de produção, segundo Marx, é indissociável, isto é, uma relação dos homens com a natureza e dos homens consigo mesmos (BENSAID, 1999).

De maneira sintética, definimos trabalho como toda ação do homem sobre a natureza. Afinal é dela que o homem extrai os recursos necessários à garantia da sua sobrevivência, por meio da qual, ao desempenhar sua atividade vital, a modifica e modifica-se. “O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é tanto a fonte de valores de uso quanto *o trabalho, que não é outra coisa senão a manifestação de uma força da natureza, a força de trabalho humana*” (MARX *apud* BENSAID, 1999, p. 443).

A questão do pensar, a linguagem e o trabalho são aspectos que diferenciam o homem do animal. Enquanto o animal age por instinto, o homem pensa a sua ação e pode refletir sobre ela se julgar necessário. A ação do homem é transformadora, essencialmente porque pelo trabalho o homem se legitima e produz a sua cultura, conseqüentemente sua maneira reflete melhor a sua ação além de potencializar a sua compreensão acerca do sentido do que é ser mundo e de estar neste. A singularidade entre os dois, homem e animal, é que ambos são natureza, mas somente o homem tem a capacidade de aprender, fazer inferências, construir significados e decidir pela sua própria vida. É pela natureza que o homem age voluntária e conscientemente, com base em um plano e, sobretudo, não ligado a qualquer esfera particular, vive universalmente na natureza orgânica: ‘a universalidade do homem se manifesta praticamente na universalidade pela qual toda a natureza se torna seu corpo *inorgânico*’. (MANACORDA, 2000, pp. 48-49).

As lutas entre as classes travadas ao longo da história trazem o retrato dos desequilíbrios gerados pela sua fragmentação cultural, quiçá do fazer do homem no seu trabalho. Estas marcas se expressão na divisão entre trabalho manual e trabalho mental devido à desigualdade na distribuição de poder e renda no sistema de classes (PATTO, 1996; ARANHA, 1999).

Tais distorções no processo de trabalho impõem os seguintes embates: a classe dominante e [a dominada] assume a administração do poder e dos negócios, deixando para as outras classes a mera execução das tarefas manuais. Assim o trabalho, antes descrito como uma práxis humana por excelência, surge de uma maneira empobrecida e castradora como *trabalho alienado* (ARANHA, 1999, p. 04 – grifo nosso).

Pelo trabalho alienado o homem não consegue exercer a sua atividade espiritual e a atividade material, tampouco ter prazer pelo trabalho, uma vez que a lógica da produção e do consumo se aplica a indivíduos distintos. A esse processo no qual homem perde a posse do que produziu com seu trabalho é que chamamos de alienação. O produtor se vê alheio à sua produção, separado dela na medida em que se torna obediente ao capital. Contudo, o trabalho deixa de ter valor de uso para adquirir valor de troca. (MARX, 1978; MANACORDA, 2000).

O trabalho alienado, dentro da lógica das condições do sistema produtivo de viés capitalista, significa mais que um sacrifício, haja vista a venda da força do homem por um preço ínfimo, IV ENEDS – Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 03 e 04 de setembro de 2007. + significa mortificar-se (PATO, 1996). Isso contrapõe a idéia de que o trabalho que deveria ser uma atividade livre, consciente e geradora de satisfação das necessidades básicas, torna-se um veículo que abstém o homem da sua condição natural, na medida em que se degrada em prol da satisfação do capital, quando se equivale a uma mercadoria.

Segundo Pato (1996, p. 15) a verdadeira natureza do trabalho alienado se explicita quando a) o trabalhador se sente contrafeito, na medida em que o trabalho não é voluntário mas lhe é imposto, é *trabalho forçado* figura 5 ; b) o trabalho não é a satisfação de uma necessidade mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades; c) o trabalho não é para si, mas para outrem; e d) o trabalhador não se pertence, mas pertence a outra pessoa.



Figura 5. Trabalho forçados algumas vezes escravos, países como Brasil, Colômbia e China, continuam utilizando a mão de obra escrava nas minas de carvão (Fonte: <http://prolabore.zip.net>).

Os exemplos de trabalho no qual o homem deixa de ser de si, para ser do outro são: “a escravidão, a servidão ou mesmo quando, para sobreviver, o homem precisa vender sua força de trabalho em troca de salário” (ARANHA, 1999, p. 04). Por esse motivo é que o trabalho, na visão marxiana, desde a sua forma mais simples, até seu nível mais complexo está fortemente ligado às forças produtivas, especialmente, no modo de produção capitalista, produtor de mais valia e da expropriação do trabalhador.

Para Bensaid (1999, p. 435), “o fetichismo da mercadoria não se contenta em mudar as relações humanas em coisas: ela degrada igualmente o natural à condição de ‘bestial’ [...] o bestial torna-se humano e o humano torna-se bestial. Comer, beber, procriar são certamente também funções autenticamente humanas”. Mas, esse processo de degradação humana é explicado propensamente na medida em que o detentor dos meios de produção consome a força de trabalho ao fazer trabalhar aqueles que não tem outra coisa a oferecer, senão o seu suor, a sua pele e a sua mão-de-obra (ARANHA, 1999; MARX, 1978; 1988; MÉSZÁROS, 2005).

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos “o conjunto de faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que ele produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1988, p.135). Em suma, a força de trabalho compreende a ação criadora, o uso da criatividade, bem como a dispensação de tempo e mão-de-obra do homem para a construção de instrumentos que visem o atendimento das suas necessidades.

SEGUNDA NATUREZA

Karl Marx, em suas teorizações à cerca da relação sociedade/natureza, revela: o que está em jogo é uma relação social, uma dialética de apropriação, transformação, construção, destruição (MORAES, 1985). Foi neste contexto que surgiu o conceito de Segunda Natureza.

Para autores contemporâneos, como Neil Smith (1988), a separação analítica da sociedade e da natureza é uma consequência da lógica interna do capitalismo. Milton Santos (1996) vê na história da sociedade uma sucessão do meio natural, ao meio técnico e ao meio técnico-científico informacional, para mostrar a existência de um espaço cada vez mais artificializado.

Santos (1997), em “Metamorfozes do espaço habitado”, relaciona: do físico ao humano, do natural ao artificial, geografia física, geografia humana, e discute que, dentro da natureza, o homem é

uma forma de vida que se diferencia das outras pelo trabalho, pela capacidade de produzir. Com o avanço da técnica, os objetos criados substituem os objetos naturais, contudo, o progresso técnico não elimina a ação da natureza, pois os grupos humanos têm o poder de modificar a ação das forças naturais, mas a natureza ainda obriga adaptações e impõe resultados (SANTOS, 1997).

Conforme Mendonça (1998), a geografia é a única das ciências humanas a ter em conta os aspectos físicos do planeta (quadro natural), por isso, analisar os aspectos da sociedade e a natureza, em conjunto ou isoladamente, é uma tarefa árdua. Daí, que a maioria dos geógrafos opta pela especialização do conhecimento, o que passa uma visão compartimentada da geografia (MENDONÇA, 1998).

Ao considerar, no entanto, que a geografia associa-se ao estudo do espaço, de que espaços estão falando? Espaço geográfico como produto do processo de trabalho da sociedade, como consequência do desenvolvimento desigual e combinado da acumulação técnica e das práticas espaciais de todas as épocas. Interessa à geografia o estudo do espaço utilizado e o uso do território (SANTOS; SILVEIRA, 2002). De acordo com David Harvey, o exame do mundo revela um mosaico geográfico, uma criação de múltiplas atividades humanas.

O espaço geográfico é uno e múltiplo e sua concepção envolve as seguintes categorias: natureza, espaço, sociedade e tempo (SUERTEGARAY, 2001). A partir dessas categorias, à geografia foi criado um instrumental teórico com os conceitos de região, lugar, território, entre outros que, quando operacionalizados, permite renovar a leitura geográfica sobre o mundo (SUERTEGARAY, 2001).

Nos “caminhos e descaminhos da geografia”, Manuel Correia de Andrade sugere uma produção/ reprodução do espaço geográfico, pois, relacionada à idéia de movimento e à noção de tempo. Portanto, se cabe à geografia acompanhar, explicar, servir ao monitoramento do espaço geográfico, ela é uma ciência profundamente dinâmica e interligada às outras áreas do conhecimento, tais como: economia, história, sociologia, antropologia etc. Parafraseando Nietzsche, os caminhos da geografia se contradizem, eles se chocam frontalmente e é no espaço geográfico que eles se unem.

Atualmente, a emergência da questão ambiental e de uma concepção universal da natureza provocou uma valorização da geografia, pois, no interior desta disciplina são encontradas explicações, é formulada uma teoria da ação e são desvendadas as forças que movem a sociedade.

Contudo, para finalizar o presente texto, uma reflexão de Milton Santos (1982), “Pensando o Espaço do Homem”: devemos nos preparar para um espaço verdadeiramente humano, que una os homens para e por seu trabalho, mas que não os separe em classes sociais; um espaço Natureza Social para a contemplação da vida e não um fetiche, uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.

CONCLUSÃO

A evolução técnico-científica associada à sociedade pós-industrial leva a uma incompatibilidade entre o uso dos novos meios de controlo do homem e da sociedade e o respeito que é devido à pessoa humana. A natureza manipulada e os produtos artificiais não ajudam o homem a dominar a natureza, como sonhava Bacon, pelo contrário, têm a capacidade de dominar a ele devido a considerações errôneas sobre a natureza humana que se não reduz a uma simples mente que comanda a máquina do corpo. A burocratização da sociedade apoiada em meios informáticos constitui uma grave ameaça que deve ser combatida reforçando e diálogo direto entre as pessoas e buscando formas de intervenção sócio-política na partilha do poder. A Universidade tem neste cenário um papel fundamental a desempenhar na criação de atitudes e de critérios verdadeiramente humanistas nas novas gerações. Uma ação de extrema importância consiste em criar um diálogo intenso e empenhado entre as áreas da Ciência e Tecnologia e das Ciências Sociais e Humanas.

RESUMO



Ao longo da História a natureza tem sido concebida sob diversos pontos de vista. Desde o dualismo inerente a Kant, cristalizado na ideologia burguesa de natureza, à concepção de natureza como unidade diferenciada, cujo trabalho humano coloca-se no centro da relação homem-natureza em Marx. A forma como a natureza tem sido produzida nos instiga a nos pautar em fundamentos filosóficos para podermos discutir o desenvolvimento do capitalismo. A idéia de produção da natureza desafia a separação que foi legada entre sociedade e natureza, e se coloca para nós como um desafio imposto pelo próprio capitalismo. Os processos históricos lotados na relação homem-natureza são determinantes para compreendermos a dimensão espaço temporal no qual o homem se faz homem a partir da atividade trabalho. A dialeticidade premente nessa reflexão compreende os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos

radicalizados nas crenças e na linguagem, nos valores e princípios éticos, morais e estéticos que configuram a totalidade humana diferenciando o homem do animal.

ATIVIDADES

Descreva como foi a relação Homem-natureza ao longo da história. Quais sucessos consideram marcantes para a mudança de relações entre homem-natureza.

Apresente alguma civilização que tinha uma relação divina com a natureza.



REFERÊNCIAS

BERTRAND, F. **As relações homem-natureza no quadro dos litorais atlânticos**. Curitiba: Editora da UFPR, RA'EGA, n 4, 2000.

GAUCHET, M. **Le désenchantement du Monde**. Paris: Gallimard. 1985.

GONÇALVES, J. C. Homem-natureza: uma relação conflitante ao longo da história. **Saber acadêmico**, n 6 - Dez. 2008.

Machado OLIVEIRA, Cristina G. **A relação homem-natureza**. Disponível em <<http://www.filosofiavirtual.pro.br/naturezamarx.htm>>

REIS, D. S.; LIMA, J. J.; SILVA, N. **IV ENEDS**. A relação homem-natureza mediada pela técnica: implicações para a sustentabilidade socioambiental. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 03 e 04 de setembro de 2007.

Soares de OLIVEIRA, A. M. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (18), 2002. [ISSN: 1138-9788] <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>

TROPMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro: Editora Independente, 2002.

<http://pt.shvoong.com/social-sciences/1727976-natureza-homem/>

<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-18.htm>